



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em: 4 de agosto de 2023
(sexta-feira)

Às 10 horas
94ª Sessão Não Deliberativa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

Passamos à lista dos oradores.

O primeiro orador inscrito é o ilustre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Dr. Hiran, veja que o destino... enfim, a vida conspira para questões favoráveis.

Por que eu estou dizendo isso? V. Exa. foi quem presidiu a sessão da Comissão de Direitos Humanos, coordenou o processo eleitoral em que eu fui eleito Presidente e a Zenaide Maia, Relatora. V. Exa. deu posse, inclusive, a nós.

Hoje eu vou falar exatamente dos seis meses - do primeiro semestre - dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, na qual V. Exa. e o Senador Girão, aqui presente, participaram ativamente.

Exmo. Sr. Presidente, Senador Dr. Hiran, é com satisfação que, no dia de hoje, apresento aqui o balanço das atividades da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa durante o primeiro semestre de 2023. Falo em nome de todo aquele Colegiado e também da Vice-Presidente daquela Comissão, Senadora Zenaide Maia.

Ao longo desses meses, nossa Comissão empenhou-se incansavelmente na defesa e promoção dos direitos fundamentais de todos os brasileiros. Durante esse período, realizamos um total de 45 reuniões, sendo uma delas de instalação, presidida por V. Exa. e com a presença, lá, garantindo o quórum, do Senador Girão. Cito os dois porque os dois estão aqui no Plenário neste momento - é claro que estiveram lá mais de 20 Senadores naquela manhã.

Pois, Presidente, entre as reuniões realizadas, 11 foram deliberativas, nas quais foram discutidas e votadas importantes proposições e requerimentos. Tivemos o privilégio de analisar 52 proposições e deliberar sobre elas.

Um dos destaques do nosso trabalho foram, ainda, 33 audiências públicas, realizadas em um debate fraternal, muito tranquilo, muito equilibrado e com os devidos encaminhamentos dados. Essas audiências públicas abordaram temas fundamentais e urgentes para a sociedade brasileira.

Entre eles, destaco o ciclo de debates sobre o combate à fome; o Estatuto do Trabalho; o debate sobre a *Cannabis* medicinal; o debate sobre as questões de combate a todo tipo de preconceito - preconceito racial, preconceito racial no futebol -; as

cotas; o marco temporal indígena, que também lá foi debatido; a questão LGBT; enfim, a questão relacionada ao trabalho escravo; a PEC das domésticas; o arcabouço fiscal; o debate sobre os agrotóxicos; a Política do Idoso; o debate sobre a doença falciforme; o debate sobre o autismo; o debate com a Cáritas e os povos originários. Debatemos a violência nas escolas; a luta antimanicomial; a situação dos jovens; a situação da violência contra as mulheres - o Brasil, infelizmente, é o país que mais tem feminicídio no mundo, fica entre os três. Enfim, foram muitos e muitos temas relacionados aos direitos humanos que a Comissão debateu, aprovou e encaminhou. Muitos já se transformaram em leis e outros estão na Câmara dos Deputados.

Além disso, tivemos a honra de receber quatro ministros em audiências realizadas por essa Comissão. Esteve lá a Ministra Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial, que trouxe a sua prática para discutirmos medidas que promovam a igualdade racial em nosso país.

Tem uma frase do Nelson Mandela que diz que é bom ver uma criança amar, respeitar, brincar com a outra, independentemente da cor da pele e que é cruel, é triste ver uma criança sendo ensinada a odiar a outra pela cor da pele. Então, pergunta Nelson Mandela: se é tão fácil, tão bonito, tão humano, tão, eu diria, construtivo ensinar a amar, por que ensinar a odiar? Criança não nasce odiando ninguém. Se ela odeia, no caminhar do seu crescimento, como jovem, adulto e até idoso, é porque alguém a ensinou a odiar.

Então, isso tudo nós debatemos lá, no mais alto nível de todos. Não teve um único Senador que tenha se posicionado contra essa construção coletiva. E ali, na Comissão de Direitos Humanos, nasceram os principais projetos de combate ao racismo no nosso país; todos votados por unanimidade, inclusive aqui no Plenário. Na época do Presidente Rodrigo Pacheco - quero fazer este destaque -, nós aprovamos 18 projetos aqui. Em todo o período que eu tenho aqui, nunca aprovei, em um mandato, tantos projetos como aprovamos aqui, no Senado. Mérito do conjunto do Senado, porque não teve ninguém, ninguém que tenha encaminhado contra.

Enfim, já falei da Anielle, mas quero falar do Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que compartilhou conosco suas ideias para o combate à fome e para a melhoria nas políticas sociais; do Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, que trouxe a sua visão sobre a promoção e a proteção dos direitos fundamentais aos brasileiros; e da Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, que enriqueceu muito, muito nossos debates com suas propostas voltadas para a garantia dos direitos dos povos indígenas em nosso país.

Destaco também que debatemos muito na Comissão a questão do povo quilombola, um povo que agora, recentemente, o IBGE, em pesquisa realizada, mostrou a quantidade de famílias em condições sub-humanas descendentes dos quilombos no nosso país - por isso o povo quilombola.

Destaco ainda questões relacionadas a salários. Debatemos lá, como sempre debatemos, e pedimos a volta da política de inflação mais PIB para o salário mínimo; debatemos as questões dos aposentados e pensionistas; debatemos propostas vinculadas aos fisioterapeutas, aos enfermeiros, aos técnicos, àqueles que dedicaram sua vida, com coragem, firmeza e competência ao combate à pandemia.

A revogação da lei que, de forma equivocada, apontava que crianças poderiam trabalhar... Não são crianças, mas a idade que foi colocada era absurda. Era uma SUG - não foi proposta de nenhum Senador - que queria que crianças com 10, 12 anos já pudessem trabalhar. A matéria foi rejeitada por unanimidade. Lugar de criança é na escola!

Discutimos também a questão do tumor cerebral como doença incapacitante; o estabelecimento do piso salarial para auxiliares da saúde bucal e muitas outras.

Essas medidas refletem a importância da participação da sociedade no processo legislativo...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - ... e a busca constante por uma legislação que promova a justiça e o respeito aos direitos humanos.

Tive a honra de apresentar e ver aprovados quatro projetos de minha autoria, que contaram com apoio total dos Parlamentares. Essas iniciativas buscam aprimorar a legislação brasileira no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência.

Discutimos também a jornada de trabalho em tempo parcial; a eliminação da possibilidade de extinção do contrato de trabalho... Enfim, estamos debatendo o Estatuto do Trabalho, inclusive a jornada. E, quando me refiro à jornada, é porque o mundo hoje debate jornada de 40 horas semanais. Eu fui Constituinte, estou desde a Constituinte aqui no Parlamento.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Presidente, há um probleminha na campanha, porque hoje tenho direito a 20 minutos e acho que falei durante 5 até agora. É só ajustar aí.

Acho que o assessor poderia... Acho que só falei 5 minutos até agora e só tenho mais 5 lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - É que está constando 5 lá, por isso é que estou alertando.

Agora pronto, Presidente. Obrigado!

Estava falando aqui rapidamente que há um debate no mundo diante da automação, da robótica, da cibernética, do trabalho virtual, do trabalho em casa. Quando eu falo do debate do Estatuto do Trabalho, eu estou discutindo a CLT do século XXI. Eu sei que tem que ser modernizada, e esse é o objetivo, mas o mundo discute também jornada de quatro dias semanais. Todos esses são debates que vamos fazer, claro, dialogando com todos os setores, empregados e empregadores. São medidas que visam assegurar condições mais justas e igualitárias para todos os trabalhadores brasileiros.

Além desses projetos que aqui destaquei, posso falar também da inclusão da população em situação de rua, que eu destaquei na abertura, no censo demográfico realizado pelo IBGE, que também aprovamos.

Essa medida é de extrema importância para que possamos conhecer e compreender melhor a realidade dessas pessoas e assim desenvolver políticas públicas mais efetivas para a promoção de seus direitos.

Ao longo desse semestre, tivemos projetos que se destacaram em nossa Comissão. Entre eles destaco a busca pela igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens - já aprovada e já é lei, foi sancionada pelo Presidente Lula. Homem e mulher na mesma função têm que ter o mesmo salário -; a criação da Semana Nacional do Empreendedorismo Feminino; a implementação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em municípios com mais de 100 mil habitantes; a luta contra a exploração do trabalho escravo; o estabelecimento de diretrizes nacionais para o saneamento básico em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas, entre outros temas de grande relevância - há muitas comunidades quilombolas que até hoje não têm água. Tudo isso foi debatido lá.

Tivemos o prazer de deliberar sobre outras 35 proposições relacionadas a direitos humanos. Esses temas abrangeram áreas diversas, como catástrofes ambientais; proteção de crianças e adolescentes, pessoa idosa, pessoa com deficiência; habilitação de trânsito para pessoas surdas; programas de crédito ao jovem empreendedor; combate ao nazismo; criação do selo Empresa Amiga da Mulher; combate ao racismo por meio da inclusão obrigatória do combate ao racismo nas salas de aula - foi mediante audiências públicas -, para fortalecer a lei que já garante que se conte a verdadeira história na formação, na construção do nosso país de todos os migrantes, imigrantes, índios, negros, quilombolas, italianos, alemães, japoneses, enfim, todos que aqui chegaram.

Como encaminhamentos futuros, reforçamos nosso apoio à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa na campanha de aprovação de projetos de decreto legislativo, de acordos, tratados ou atos internacionais, bem como do Projeto de Lei 4.438/2021, que busca aprimorar a defesa dos direitos e estabelecer medidas protetivas de urgência para pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Também encaminhamos diversas ações que visam ampliar e fortalecer a proteção dos direitos de qualidade de vida para todos. Entre elas, destacam-se a regulamentação da profissão de doméstica, com o abono do PIS; a priorização do atendimento de sugestões de emendas de Comissão relacionadas à saúde mental; a destinação de emendas de bancada às comunidades quilombolas; a criação de um ciclo de debates entre a Cáritas, a Fundação Palmares e a CDH; o apoio ao projeto da *Cannabis* medicinal - não tem nada a ver a *Cannabis* medicinal com esse debate que está havendo agora no Supremo -, visando o atendimento pelo SUS; a solicitação ao Governo para aumentar o número de concursos públicos, como, por exemplo, para o cargo de auditor fiscal do trabalho; e a criação de um grupo de trabalho para combater o trabalho escravo.

Também avançamos com uma bela audiência pública, que foi organizada junto à Presidência aqui do Senado, pela equipe também do Presidente desta Casa, Rodrigo Pacheco, a discussão a partir do caso Vinicius sobre o racismo no futebol, que aconteceu e vem acontecendo no mundo, mas pegando o caso dele. E aqui participou aqui, além dos Senadores que atuam muito nessa área do esporte, a Confederação Brasileira de Futebol.

Por fim, é importante mencionar que uma das leis estaduais sobre o uso indevido de agrotóxico aprovada no estado foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, fortalecendo assim a proteção ambiental e a saúde da população.

O primeiro semestre de 2023 foi marcado por uma intensa atuação da Comissão de Direitos Humanos, com praticamente três atividades por semana - e todos aqui sabem que, entre Plenário, são mais de uma dúzia de Comissões, que eu brigo na hora de deslocar -, na defesa da promoção da qualidade de vida de todos, para garantir, enfim, os direitos à cidadania, o direito a viver num país onde se tenha um olhar solidário e fraternal para todos tenham como eixo as políticas humanitárias. No segundo semestre, continuaremos empenhados nessa nobre missão, buscando sempre construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

O respeito aos direitos humanos tem relação direta com o bem-estar, com o bem-viver das pessoas, o desenvolvimento do nosso país e a própria democracia. Direitos humanos são os pilares que sustentam uma sociedade justa e igualitária, onde cada indivíduo é tratado com dignidade e com respeito, onde cada indivíduo é tratado numa linha da construção que todos tenham uma vida digna, emprego, salário, moradia, enfim, qualidade de vida. Eles são universais, inalienáveis, indivisíveis, devendo ser garantidos a todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, religião ou qualquer outra característica. Garantir o acesso à educação, à saúde, à moradia digna e ao trabalho justo são algumas das formas de promover o desenvolvimento de uma sociedade que seja para todos.

Quando tratamos nossos cidadãos com igualdade e justiça, fortalecemos os laços da solidariedade e da coesão social, que são essenciais para a construção de uma nação próspera e harmoniosa. A dignidade humana é o núcleo central dos direitos, desses direitos que eu aqui tanto falei. Implica reconhecer o valor de cada um e garantir que todos tenham oportunidade de viver com segurança, liberdade e respeito.

A promoção da dignidade humana é um dever de todos nós, pois apenas quando reconhecemos a humanidade uns nos outros é que podemos verdadeiramente progredir como sociedade. Por certo, temos muitos desafios no caminho rumo a uma plena garantia dos direitos humanos.

A discriminação, o racismo, a desigualdade, a violência contra crianças, contra idosos, contra mulheres ainda persistem em nossa sociedade. É necessário um esforço conjunto de todas as instituições da sociedade civil para combater essas questões e promover uma cultura de paz, de respeito aos direitos humanos em todos os níveis.

Fizemos também, na Comissão, debates sobre a violência nas escolas, os crimes acontecidos contra as crianças.

Enfim, eu queria agradecer a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos. Todos deram a sua contribuição. Temos que continuar trabalhando assim para assegurar que cada pessoa seja tratada com dignidade e tenha seus direitos respeitados. Só assim construiremos, repito, um país verdadeiramente...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - ... próspero, onde a justiça e a igualdade prevaleçam.

Buscamos, então, todos nós, políticas humanitárias como base sólida da nossa sociedade - vou terminar esses 48 segundos, Presidente, já agradeço a V. Exa. -, onde o bem-estar e o bem-viver de cada indivíduo sejam garantidos e onde a dignidade humana seja o pilar central de nosso desenvolvimento.

Presidente, permita só que eu diga e reafirme aqui o empenho que eu já assumi com todos os senhores: sobre a distribuição dos relatórios na Comissão, cada Senador que pedir vai levar. Eu não faço nenhuma distribuição ideológica ou partidária, então quem me pediu primeiro leva: "Olha, sicrano já pediu". Como esta semana, a Senadora Damares me pediu um projeto e, de pronto, ali na mesa, eu digo: "Manda o projeto que ela pediu". Então, eu quero reafirmar essa posição. É uma posição que eu tenho, porque assim entendo que é o mais correto, atendendo a todos os Senadores, a todos.

Quero reafirmar também, e eu falarei outro dia, que as minhas emendas individuais e de bancada eu mando para os 497 municípios do Rio Grande. Eu tenho um programinha de computador, eu mando o mesmo valor para todos. Claro, tem um ou outro município em que, devido à população maior, cabe uma emenda maior que naquele muito pequeno não cabe, mas eu procuro fazer uma distribuição para os 497.

E as emendas de bancada eu mando todas para o Governo do estado, que é uma emenda maior a que nós temos direito, todos nós e nossas bancadas, independentemente de quem seja o Governador, porque eu entendo que o Parlamento tem que ter essa visão republicana e pensar em todos, e não só em Pedro, Paulo, João, porque votou comigo, não votou comigo, não é o caso.

Tem gente que me diz às vezes...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Presidente Hiran, este um minuto é mais que o suficiente.

... "Mas em tal cidade ali você fez só 500 votos, e na outra ali você fez mil votos, como é que você mandou o mesmo recurso?". Sabe o que eu respondo? Emenda não é para ganhar votos, emenda você tem que distribuir para o povo do estado, não importa se é deste ou daquele município e quem seja o Prefeito. Estou falando aqui e os Prefeitos sabem: todos os 497 municípios fazem. Mesmo agora, quando eu mandei para os 50 municípios mais pobres do Rio Grande, e mandei para as 70 cidades que têm povo quilombola, pela situação que eles se encontravam, não prejudica em nada o rodízio, quero que os Prefeitos ouçam. Pode calcular isso. Você recebeu, vai receber as emendas normalmente, como sempre recebem todos os 497 municípios. Eu só peço que deem uma atenção especial para os mais vulneráveis, esse sempre é o apelo que eu faço.

Presidente Hiran, obrigado pela tolerância. V. Exa. deu uns cinco minutos a mais já.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Senador Hiran, eu não vou poder ficar agora porque eu vou ter, Girão, que, em seguida, participar de uma, eles dizem *live*, mas eu digo uma reunião virtual no gabinete.

Bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) - Obrigado. *(Fora do microfone.)*

Presidente, parabéns pela sua condução na nossa Comissão de Direitos Humanos. Eu sou testemunha da maneira equilibrada, fidalga com que o senhor trata a todos e encara os desafios dos debates de todos os temas lá, com muito equilíbrio, com muita tolerância, com muita elegância. O senhor é um exemplo para nós todos aqui, viu? E fico muito, muito feliz de conviver com o senhor nesta Casa e tenho aprendido muito com V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - *(Fora do microfone.)* ... V. Exa., nós estamos juntos tentando construir uma saída para aquele projeto da acupuntura, de que o Senador Girão já foi Relator também. Eu disse para ele, olha, vou trabalhar para a construção do entendimento. E tenho falado do nosso diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) - Estamos lá sempre abertos para o debate e para que nós possamos estar sempre focados na segurança, no bem-estar e no acesso das pessoas à medicina e à saúde de qualidade neste país. Essa é a nossa função aqui, principalmente minha, como médico.

Um grande abraço, Presidente. Um excelente final de semana. Deus o acompanhe.

E agora, nosso querido Senador Girão vai fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) - Paz e bem. Presidente, Dr. Hiran, eu queria já me dirigir primeiramente a V. Exa. e lhe agradecer de coração, pelo seu compromisso com esta Casa. Sou testemunha disso. Não é a primeira vez que o senhor, com muitas demandas que acontecem na Casa, prioriza a sua responsabilidade na Mesa, que é o lugar mais importante, que delibera e que tem o comando aqui do nosso Senado Federal. Então eu quero lhe agradecer. Eu confesso que estou aqui há quatro anos e meio e não tinha visto ainda um Presidente que chegasse antes do horário particularmente. É normal atrasar, algum, mas o senhor tem chegado até antes do tempo, tem que esperar o horário para começar. Muito obrigado.

Eu queria me dirigir a você, brasileira, brasileiro, que nos acompanha pelo trabalho aí de TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado. E aí, eu faço não apenas uma saudação a todos os trabalhadores desse grupo de comunicação, desse sistema, mas a todos os assessores, funcionários desta Casa e aos Senadores, que eu compreendo que muitos estão nos seus estados, nas suas bases nesta sexta-feira.

Eu não quero perder nenhuma oportunidade de falar aqui na tribuna. Quem tem acompanhado o dia a dia sabe que eu não perco oportunidade de falar, porque muitas vezes, o que sobra para a oposição é somente a oportunidade de denunciar, de desabafar, de entregar a verdade para o povo brasileiro do que está acontecendo na nossa nação, onde muitos brasileiros, mas muitos mesmo estão, cada vez mais, gostando de política, acompanhando a política, cobrando, de forma civilizada, como tem que ser, os seus representantes. Mas está angustiada. Está angustiada.

E eu gostaria de trazer aqui notícias boas, e nós teremos, tenho muita fé de que não há mal que não aconteça para que haja um bem maior. A minha fé e a dos milhões de brasileiros é que sustentam esta nação; muita gente orando pelo país, seja católico, espírita, evangélico, seja de religiões outras, é isso que nos dá força e esperança para estar aqui de pé, trabalhando, em meio a essa turbulência, a essa agressão que vive a nossa democracia por aqueles que dizem ser os defensores da democracia. Essa é a grande incoerência no momento.

Eu tenho que falar do que eu ouvi ontem, meu querido Presidente Dr. Hiran, lá, na Câmara dos Deputados, onde o senhor trabalhou durante muito tempo. Eu estive ontem na audiência pública, comandada pelo Deputado Federal Sanderson - um requerimento de autoria do Deputado Marcel Van Hattem. A audiência durou quase 12 horas, começou às 9h da manhã e terminou já perto das 9h da noite. Eu participei do que eu pude: comecei, na abertura, fiquei um pedaço; depois, tive que vir para cá, porque a gente teve a CPMI e depois voltei lá. Mas o que eu vi ali é algo de embrulhar o estômago, o que está acontecendo de injustiça, gente, com brasileiros inocentes que caíram numa arapuca, numa armadilha, que foram naquela história de maria vai com as outras, achando que iam para uma manifestação pacífica, e esse foi o espírito de mais de 95% ou 98% da turma que veio no dia 8 de janeiro... É isso que a gente precisa identificar, mas a CPMI não está deixando, os governistas que assaltaram e tomaram a CPMI - um instrumento da oposição e da minoria - para blindar os poderosos... O Governo Lula colocou lá Parlamentares que nem sequer assinaram a CPMI e eles não estão deixando a gente investigar o que tem que ser investigado.

Ontem, por exemplo, nem o Comandante da Força Nacional, que estava lá no dia 8 - no dia 8 -, deixaram a gente chamar, deixaram a gente convocar. Por 19 votos a 10, os Parlamentares do Governo Lula - a mando do Governo, óbvio - foram lá e negaram esse direito de a gente ouvir uma peça-chave para a gente descobrir o que foi que aconteceu. Por que esse patrimônio público não foi protegido, Dr. Hiran? Eu fui candidato a Presidente do Senado, na última eleição, o senhor lembra? Eu vim, no dia 8 de dezembro, aqui para gravar um vídeo lá fora, na frente do Congresso. Eu, que estou Senador, não consegui entrar; aliás, depois de muita insistência rodando, vindo por um lado e por outro, eu consegui entrar. Por que foi tão fácil o que aconteceu no dia 8? É isso que a gente precisa entender. A Força de Segurança Nacional foi chamada, tem lá o ofício do Ministro Flávio Dino. Só que ninguém sabe onde é que ela estava.

Aí a mídia brasileira diz o seguinte... Olhem só, a mídia brasileira vai e fala que eles estavam, às 16 horas e vinte e poucos minutos, chegando à Esplanada dos Ministérios. Por que só chegaram às 16 horas e vinte e poucos minutos, quando já estava tudo invadido?! Onde eles estavam represados? Isso é lógico, é uma pergunta lógica que a gente tem que fazer ao comandante que estava de plantão. Não deixaram a gente fazer.

Sabem de outra coisa que não deixaram ontem? Isso precisa ficar registrado na história. E a gente vê quem quer investigação e quem não quer investigação. Não deixaram a gente trazer o servidor do Ministério da Justiça que recebeu 33 alertas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) dizendo que o objetivo era destruir o patrimônio público; dois dias antes, ele já sabia e recebia reiterados alertas. Por que os governistas votaram contra a gente trazer essa pessoa para ouvi-la? Eles só querem ouvir um lado, para confirmar a narrativa deles. Enquanto isso, tem gente inocente...

Essa verdade vai aparecer mais cedo ou mais tarde, mas o coração de quem busca justiça se sente vilipendiado em querer que essa justiça venha mais cedo. A verdade vai aparecer, aliás, já está aparecendo. Há imagens vazadas aí. Há o General do Lula, o G. Dias, recebendo os manifestantes lá, servindo água, com a sua equipe, como se estivesse em casa, na maior tranquilidade do mundo. Lembram? Foi isso que fez essa CPMI acontecer, porque o Governo Lula tinha tanto medo, não queria, que fez de tudo para que essa CPMI não acontecesse. Teve aí denúncias de Parlamentares dizendo que estavam recebendo oferta de cargos federais, a própria mídia divulgou, com dezenas de milhões em emendas parlamentares para retirar as assinaturas. Agora, quando aquelas imagens vieram à tona, aconteceu a CPMI. E aí eles tentam, agora, bloquear qualquer investigação, porque eles têm a maioria de uma CPMI que é instrumento da Minoria.

E não deixaram a gente chamar essas duas pessoas-chaves, mas as imagens estão vazando, inclusive aqui do Senado, Dr. Hiran. Eu fiz um pedido, por duas vezes, e vou reiterá-lo, novamente, apelando ao Presidente desta Casa, e ele mandou a resposta no dia 21 de junho - demorou muito, mas mandou a resposta - dizendo, mais ou menos, que isso é o papel da CPMI. Eu trabalho aqui, gente! Eu sou servidor desta Casa. Tem 81 Senadores que foram eleitos pelo povo brasileiro. Eu não tenho o direito de ver as imagens aqui do que aconteceu no dia 8?! Vão negar para mim e para os outros Senadores?! Vou pedir aos outros Senadores que assinem também, para que o Presidente se sensibilize e passe para a gente as imagens, porque estão vazando já essas imagens, mostrando gente orando aqui dentro, gente recolhendo copo aqui dentro, gente tentando proteger...

Parece que a arapuca... É isso que a gente precisa descobrir na CPMI, o que está difícil, mas, com o vazamento de imagens, com a graça de Deus, nós vamos conseguir, porque a verdade vai aparecer. Tinha gente com tática de guerrilha, essa minoria que estava nesse grupo que veio para cá, para a Esplanada. A maioria, repito, estava com espírito de manifestação, cantando louvor. Muitos não chegaram nem a entrar. Muitos não estavam nem aqui, chegaram depois e foram presos; estavam lá no quartel.

Eu fico impressionado com esse tipo de situação que está acontecendo aqui. E cadê essas pessoas que quebraram? As pessoas estão presas há sete meses, Presidente!

E eu lhe peço já desculpas, porque eu tinha me comprometido com o senhor a falar por dez minutos. Vou procurar correr aqui, porque é um assunto que me mexe muito: a injustiça.

E o que a gente está vendo é injustiça. Sete meses presos! Sete meses presos! Onde é que isso está na lei? Prisão preventiva! Não teve denúncia ainda dessas pessoas! É algo surreal!

Os depoimentos... Eu peço a você que está nos assistindo, que está nos ouvindo agora e aos colegas Senadores e Senadoras que assistam a esses depoimentos de ontem lá da Câmara dos Deputados. Vão ao YouTube e procurem pela audiência pública com os advogados dos presos - para mim, são presos políticos!

Alguém se beneficiou com essa narrativa politicamente, e a gente sabe quem.

Essas pessoas estão presas há sete meses! Não se vai reparar nunca esse tempo longe de filhos pequenos! Há os casos lá de adolescentes, de avós, de pais, mostrando que essas pessoas estavam lá fora e que outras que entraram aqui estavam orando. Os guardas legislativos, os nossos policiais legislativos têm imagens já vazadas, conversando na boa, sentados. As pessoas têm o roteiro todo. Vamos esconder isso até quando dos brasileiros?! A verdade a gente precisa mostrar! Chega de segredismo na República! Das imagens desta Casa a gente precisa!

Ontem, o Ministro Flávio Dino negou um pedido da CPMI. Sabem para quê? Para entregar as imagens - vocês estão acompanhando isso - do Ministério da Justiça. Será que é porque era lá que estava a Força Nacional de Segurança, como dizem? No estacionamento, parados, de braços cruzados enquanto depredavam aqui? E, se eles estivessem lá, teriam segurado, e não teria acontecido nada? Será que é por isso? E aí? O Ministro recusa mandar as imagens, pedido aprovado pela CPMI! Olhem o respeito que essa turma do Governo Lula tem a este Congresso Nacional! Ninguém está vendo isso? Como desrespeitam a gente, não consideram a gente! Essa é a turma da democracia? Sabem o que ele fez? Mandou para o Ministro Alexandre de Moraes um pedido para saber se pode entregar as imagens para a CPMI. Olhem que subjugação, que subserviência!

Aí desmoraliza-se completamente a CPMI! Se não entregarem essas imagens, acabou - acabou! -, porque estão chamando gente lá que não tem nada a ver com dia 8! É só isso que estão fazendo! Narrativa! Será que ninguém compreende isso?!

Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer pela oportunidade e dizer que ontem foi um dia muito difícil nessas 12 horas. Você ouvir aquilo tudo: advogados sem acesso aos autos, a situação com que essas pessoas são tratadas, a dificuldade que se tem, os casos, os relatos... Cadê a humanidade? E os direitos humanos? Foi chamada uma série de pessoas representando aqui, no Congresso, em cargos, os direitos humanos, representantes da OAB, uma série de situações, e a gente não vê essa turma aparecendo numa hora dessa! É constrangedor.

Para quem gosta de buscar, que sente a justiça, o que está acontecendo, eu peço que vá atrás do que eu estou dizendo para ver se eu estou exagerando - vá atrás!

Eu já fico até envergonhado com o senhor, porque eu já ultrapassei... Mas eu vou terminar em um minuto.

Assistam à audiência que nós fizemos no Senado Federal antes do recesso, no dia 13 de julho, na Comissão de Segurança Pública. Nós conseguimos realizar uma audiência pública, nós conseguimos realizar uma audiência pública para ouvir os familiares, a associação de familiares, os advogados daqueles que estão com seus direitos humanos, direitos legítimos também, direitos judiciais desrespeitados, negados nesses processos. Isso é justiça? Um inquérito de pessoas que nem sequer deveriam estar lá no Supremo Tribunal Federal, porque não têm foro privilegiado... E a PGR? Qual é o papel que a PGR está fazendo nisso tudo, ela que é dona da ação? E aí? Então, eu peço que você assista - está lá no YouTube - a essa audiência pública, que também durou muito tempo, foram quase dez horas de audiência. E já teve a da Câmara ontem - a segunda -, e nós vamos pedir outras aqui no Senado. Não vou parar - e tem muitos colegas que estão comigo -, não vamos parar até que a verdade venha à tona e a justiça se estabeleça no Brasil.

Deus abençoe esta nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) - Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu quero, antes de encerrar esta sessão não deliberativa, fazer uma saudação a todos os que nos visitam. Sejam bem-vindos, em nome aqui do nosso Presidente Rodrigo Pacheco. Hoje, eu presido, sou o Senador Hiran Gonçalves, sou médico, sou do Estado de Roraima. E, aqui, ao meu lado, está o nosso Senador Eduardo Girão, que não abre mão de, todas as sextas e segundas-feiras, aqui participar de sessões não deliberativas para fazer longos discursos de esclarecimento da situação política do nosso país, à sua visão, que nós respeitamos muito. E também quero desejar a todos vocês, em nome desta Casa, um excelente final de semana e agradecer pela sua visita. Que nos assistam sempre para formar as opiniões sobre o nosso trabalho legislativo. Que Deus os abençoe e que voltem em paz e com segurança para as suas casas. Um grande abraço.

A Presidência informa às Sras. e aos Srs. Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para segunda-feira, no dia 7 de agosto: sessão especial às 10h, destinada a comemorar os 65 anos de fundação da Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo (Abrajet); e sessão não deliberativa às 14h.

Cumprida a finalidade desta sessão, esta Presidência declara o seu encerramento.

Um grande abraço a todos.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 44 minutos.)